



TRT - SC
Técnico judiciário - Área Administrativa

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	47

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	21

LEGISLAÇÃO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	21

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	19

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	21

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	22



NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	24

SUMÁRIO



1. FCC - ARE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Atenção: Leia o texto a seguir para responder à questão.

Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro

A partir de uma definição da antropóloga Nina Friedemann em “Comunidades negras: refúgios de africanias na Colômbia”, podemos entender africanias como a bagagem cultural submergida no inconsciente iconográfico dos negroafricanos entrados no Brasil em escravidão, que se faz perceptível na língua, na música, na dança, na religião, no modo de ser e de ver o mundo, e que, no decorrer dos séculos, como forma de resistência e de continuidade na opressão, transformou-se e converteu-se em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que nos identifica como brasileiros.

São essas matrizes que, na década de 1930, o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990), em sua monografia sobre A influência africana no português do Brasil, trata de pontuar na formação da modalidade da língua portuguesa no Brasil, em nossas tradições orais e na literatura brasileira.

Em 1933, a 1ª edição foi publicada pela Gráfica Sauer com prefácio de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial. Em 1935, sai a 2ª edição pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasileira, ilustrada com mapas e fotografias e aumentada em dois capítulos, um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira. Também de caráter inovador são os mapas toponímicos com localidades designadas por nomes africanos no Brasil, da autoria do geógrafo Carlos Marie Cantão, que vêm em addendum, ao final do livro. A 3ª edição, de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973, a 2ª edição é republicada pela Civilização Brasileira.

Ao lado de Jacques Raimundo, que coincidentemente publicou, pela Renascença, em 1933, O elemento afro-negro na língua portuguesa, a obra de Renato Mendonça é um estudo de referência obrigatória nessa importante área de pesquisa, cuja repercussão científica corresponde a menos do que seu valor real, em razão da tendência de esse conhecimento ser considerado, por linguistas e filólogos, mais como objeto de pesquisa dos africanistas e dos especialistas em estudos “afro-brasileiros” – assim denominados como uma palavra composta de acordo com a grafia consagrada e recomendada pelo recente acordo ortográfico. Neste contexto, separado por um traço de união em lugar simplesmente de se escrever afrobrasileiros, o termo afro, tratado como um prefixo, reflete de maneira subliminar aquela tendência. Destaca-se como se fosse um aparte eventual no processo e não a parte afrobrasileira inscrita em nossa identidade cultural e linguística.

Dentro desse plano de entendimento, Renato Mendonça coloca e avalia a interferência que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados, no decorrer de três séculos consecutivos, imprimiram naquela língua portuguesa que eles foram obrigados a falar como segunda língua no Brasil. Ao mesmo tempo, Mendonça enriquece e alarga suas análises baseado em uma bibliografia ainda hoje consistente e de grande valia para os estudos atuais sobre a história e a etnografia africanas e suas línguas, principalmente sobre as que foram faladas no Brasil, as quais ele adequadamente chama de negroafricanas.

(Adaptado de: CASTRO, Yeda Pessoa de. Prefácio – Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro. In: Mendonça, Renato. A influência africana no Português do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 15-16)

Observações:

1.ADDENDUM: ADENDO, APÊNDICE.

Considerando a ortografia padrão é correto afirmar:



Matemática e Raciocínio Lógico

1. FCC - Ana (COPERGÁS)/COPERGÁS/Administrador/2023

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Havia um certo número natural N escrito na lousa. O algarismo das unidades de N foi apagado, restando na lousa um número K . Se $N - K = 2022$, então, K é igual a

- (A) 224.
- (B) 242.
- (C) 264.
- (D) 282.
- (E) 284.

2. FCC - ANA PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

$$\begin{array}{r} \square + \square = 15 \\ + \quad + \\ \square - \square = 2 \\ \parallel \quad \parallel \\ 17 \quad 10 \end{array}$$

Carlos deve preencher com números os quatro retângulos de modo a tornar todas as sentenças verdadeiras.

A soma dos valores a serem preenchidos é:

- (A) 34
- (B) 32
- (C) 31
- (D) 33
- (E) 35

3. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em uma prova com 20 questões de múltipla escolha, uma questão certa vale 7 pontos, uma questão errada vale -2 pontos e uma questão em branco vale 0 ponto. Clara fez 87 pontos nessa prova. O número de questões que Clara deixou em branco é:

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 7
- (D) 6
- (E) 5



Legislação

1. FCC - AJ TRT17/TRT 17/Judiciária/"Sem Especialidade"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Disposições Preliminares e Abrangência (arts. 1º a 4º da Lei nº 8.112/1990)

A Lei nº 8.112/1990 estabelece que o *conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor é denominado*

- (A) função.
- (B) comissionamento.
- (C) cargo público.
- (D) prestação de serviço público.
- (E) provimento.

2. FCC - AJ TRT17/TRT 17/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Disposições Preliminares e Abrangência (arts. 1º a 4º da Lei nº 8.112/1990)

Para os efeitos da Lei nº 8.112/1990 "*a pessoa legalmente investida em cargo público*" é denominada

- (A) agente público.
- (B) servidor.
- (C) ocupante de cargo público.
- (D) funcionário público em exercício.
- (E) titular de cargo público.

3. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

Considere o seguinte histórico, referente a servidor no mesmo município:

- data da publicação do ato de provimento: 10/3/2022.
- data da posse: 20/3/2022.
- data da entrada em exercício: 30/5/2022.

Nos termos constantes da Lei nº 8.112/1990, há ilegalidade, uma vez que

- (A) a data da posse não tem como referência a data da publicação do ato de provimento.
- (B) a posse deve ocorrer no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento.
- (C) a posse e a entrada em exercício devem ocorrer na mesma data.
- (D) a entrada em exercício independe da data da posse.
- (E) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

4. FCC - TJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/AGENTE DE POLICIA JUDICIAL/2023

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

A Lei nº 8.112/1990 estabelece que, ao entrar em exercício, a aptidão e a capacidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Essa avaliação é definida como

- (A) exercício de cargo probatório.
- (B) interstício probatório.
- (C) tempo probatório.



1. FCC - DP (DPE AP)/DPE AP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Aplicação das Normas Constitucionais no Tempo (recepção, repristinação, desconstitucionalização)

Considerando o tema processo legislativo, a manutenção em vigor de Constituição anterior que, porém, perde a sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum é conhecida como

- (A) desidratação constitucional.
- (B) repristinação.
- (C) recepção.
- (D) desclassificação constitucional.
- (E) desconstitucionalização.

2. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

- (A) erradicar as desigualdades sociais e regionais.
- (B) reduzir a pobreza e a marginalização.
- (C) garantir o desenvolvimento nacional e internacional.
- (D) assegurar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (E) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

3. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. permitir a livre manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Está correto o que consta de

- (A) I e III, apenas
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

4. FCC - TM (MPE PB)/MPE PB/SEM ESPECIALIDADE/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em fevereiro de 2023, a Assembleia-Geral da ONU adotou uma resolução que pede o fim da guerra na Ucrânia, ressaltando as consequências humanitárias do conflito, bem como propugnando a retirada das tropas russas do território ucraniano e que a comunidade internacional busque formas de mediar a paz. O voto brasileiro foi favorável à resolução da ONU, o que está de acordo com a Constituição Federal, segundo a qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios de



1. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Em virtude do princípio constitucional da legalidade que rege a Administração Pública,

- (A) ao administrador faculta-se atuar sem previsão legal, pautando-se apenas pela sua vontade pessoal.
- (B) age licitamente o administrador que atuar em conformidade com o que estiver previsto no ordenamento jurídico.
- (C) o interesse do particular se sobrepõe ao interesse da Administração quando contrariá-lo.
- (D) pode o administrador emitir, em benefício pessoal, orientação colidente com aquela estabelecida previamente no ordenamento jurídico, mediante justificativa expressa, em processo administrativo.
- (E) a apuração e avaliação da conduta do agente público será delegada ao particular, pois este detém maior capacidade técnica.

2. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

- (A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.
- (B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.
- (C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.
- (D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.
- (E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

3. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da

- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



Noções de Administração Pública

1. FCC - Ana (COPERGÁS)/COPERGÁS/Administrador/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Organização (Introdução à Administração)

O quadro a seguir apresenta as metáforas das organizações e breves definições.

Metáfora	Breve definição sobre como as organizações são vistas
I. Máquinas	a. Fontes de poder para controlar processos decisórios, lidar com incertezas e administrar as relações entre gêneros.
II. Organismos	b. Sistemas racionais que operam de maneira tão eficiente quanto possível.
III. Cérebros	c. Sistemas abertos nos quais seus empregados contribuem de formas variadas por meio de oportunidades apropriadas.
IV. Culturas	d. Pequenas sociedades com seus próprios padrões distintos de crenças e significados compartilhados.
V. Sistemas políticos	e. Um reflexo da capacidade de processamento de informações.

A correta correlação entre as colunas está expressa em:

- (A) I-b; II-a; III-e; IV-c; V-d.
- (B) I-e; II-b; III-d; IV-a; V-c.
- (C) I-c; II-b; III-a; IV-e; V-d.
- (D) I-b; II-c; III-e; IV-d; V-a.
- (E) I-d; II-c; III-b; IV-a; V-e.

2. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

As funções administrativas que envolvem, respectivamente, o estabelecimento da estrutura formal de autoridade e a análise da forma como a unidade de informação está operando são as de

- (A) organização e comando.
- (B) planejamento e controle.
- (C) organização e controle.
- (D) coordenação e comando.
- (E) planejamento e coordenação.

3. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação no âmbito de uma organização constitui uma das funções inerentes à atuação do administrador, podendo ser exercida por meio de diferentes formas.



1. FCC - Proc (PGE GO)/PGE GO/2021

Assunto: Direito do Trabalho - Princípios do Direito Individual do Trabalho

Em relação aos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, considerando-se a doutrina, a legislação e as Súmulas de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho,

(A) não há nenhum dispositivo expresso que atribui aos princípios uma função integrativa ou que indique a primazia do interesse público na Consolidação das Leis do Trabalho, porque a mesma regula o contrato individual nas relações de trabalho.

(B) em razão do princípio da primazia da realidade sobre a forma, o Juiz do Trabalho privilegia a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.

(C) o princípio da continuidade do contrato de trabalho constitui presunção favorável ao empregador, razão pela qual tanto o ônus da prova quanto seu término é do empregado, nas hipóteses em que são negados a prestação dos serviços e o despedimento.

(D) de acordo com o princípio da intangibilidade contratual objetiva, o conteúdo do contrato de emprego pode ser modificado, caso ocorra efetiva mudança no plano do sujeito empresarial.

(E) o princípio da irrenunciabilidade informa que o Direito do Trabalho impede a supressão de direitos trabalhistas em face do exercício, pelo devedor trabalhista, de prerrogativa legal.

2. FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018

Assunto: Direito do Trabalho - Princípios do Direito Individual do Trabalho

Invocando a regra da condição mais benéfica ao empregado, que se insere no princípio da proteção peculiar ao Direito do Trabalho, é correto afirmar:

(A) Havendo conflito entre duas normas jurídicas, prevalece a mais favorável ao empregado.

(B) Havendo dúvida quanto ao alcance da norma tutelar, julga-se a favor do empregado.

(C) As normas legais não prevalecem diante de normas instituídas por convenção ou acordo coletivo, por terem estas destinação mais específica.

(D) A supressão de direitos trabalhistas instituídos por regulamento de empresa só alcança os empregados admitidos posteriormente.

(E) As condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho, quando mais favoráveis, prevalecem sobre as estipuladas em acordo.

3. FCC - AJ TRT24/TRT 24/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2017

Assunto: Direito do Trabalho - Princípios do Direito Individual do Trabalho

No estudo da Teoria Geral do Direito do Trabalho é correto afirmar que na hipótese de um instrumento coletivo de trabalho dispor sobre norma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, porém com determinação de multa com valor superior em caso de infração, é de se aplicar aquela norma em detrimento desta, com fundamento no princípio da

(A) primazia da realidade.

(B) boa fé contratual objetiva.

(C) intangibilidade contratual objetiva.

(D) aplicação da norma mais favorável.

(E) leal contraprestação.



Noções de Direito Processual do Trabalho

1. FCC - AJ TRT22/TRT 22/Área Administrativa/"Sem Especialidade"/2022 Direito Digital - Lei nº 11.419/2006 - Informatização do Processo Judicial

Lindomar, advogado, recebeu a publicação da procedência em parte de uma reclamação trabalhista que tramita por meio de processo eletrônico, disponibilizada em 10/03 (6ª-feira), mas com data de 09/03 (5ª-feira). Ele está em dúvida quanto ao seu prazo para ingressar com recurso ordinário, porque dia 15/03 (4ª-feira) é feriado municipal, e pergunta para uma colega, que esclarece que seu prazo final será em

- (A) 23/03.
- (B) 22/03.
- (C) 20/03.
- (D) 17/03.
- (E) 21/03.

2. FCC - TJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Direito Digital - Lei nº 11.419/2006 - Informatização do Processo Judicial

Vitor e Marília estão estudando juntos para um concurso público e se depararam com a seguinte questão referente a prazos processuais no processo eletrônico: o Acórdão que negou provimento a um recurso ordinário foi disponibilizado em 11/11 (6ª feira), mas com data de 10/11 (5ª feira). Sabendo-se que o dia 15/11 (3ª feira) é feriado nacional e que em 14/11 haverá expediente normal no Tribunal Regional do Trabalho, a data final para interposição de recurso de revista será

- (A) 24/11.
- (B) 23/11.
- (C) 22/11.
- (D) 21/11.
- (E) 18/11.

3. FCC - TJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018

Assunto: Direito Digital - Lei nº 11.419/2006 - Informatização do Processo Judicial

A Lei nº 11.419/2006, que regulamenta a informatização do Processo Judicial, dispõe que

- (A) se consideram realizados os atos processuais por meio eletrônico às 23 horas e 59 minutos do dia do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que não deverá ser fornecido protocolo eletrônico.
- (B) se considera meio eletrônico, para fins específicos da referida lei, toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.
- (C) os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
- (D) no processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, exceto da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma da referida Lei.
- (E) quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, sendo, porém, vedada posteriormente sua destruição.